



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

A REFORMA ADMINISTRATIVA E SEUS ASPECTOS PRINCIPAIS

DISCURSO PROFERIDO NO MUSEU DE ARTE MODERNA,
RIO DE JANEIRO, A 18 DE OUTUBRO DE 1968, AO ENCER-
RAR A «SEMANA DA REFORMA ADMINISTRATIVA».

Entre as reformas que a Revolução de 1964 encontrou por fazer, a mais difícil de todas é, sem dúvida, a reforma administrativa, que envolve uma verdadeira revolução da mentalidade vigorante no Serviço Público Brasileiro.

Durante anos e anos, praticou-se no Brasil um tipo de administração baseada na centralização executiva, no empreguismo e na complicação crescente do mecanismo burocrático.

Em consequência de erros, vícios e hábitos acumulados a administração federal, além de se ter transformado em máquina gigantesca, acabou por ter o seu dinamismo comprometido e, em certos casos, a sua eficiência reduzida a níveis incompatíveis com as mínimas exigências de produtividade.

A Reforma Administrativa, tornada possível a partir da expedição do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, deflagrou-se com intensidade, desde o início do meu governo. E começou por onde devia começar: atacando a centralização burocrática principal responsável pelo emperramento da máquina administrativa.

A Semana da Reforma Administrativa, empreendida em boa hora pelo Ministério do Planejamento, ofereceu-nos a oportunidade de levar ao conhecimento da opinião pública o extraordinário avanço realizado nestes dezoito meses, como primeira etapa de uma longa caminhada, que não se completará, por certo, no período de um só governo.

Para evidenciar o progresso registrado, bastaria mencionar que, em consequência da chamada operação desemperramento, foram feitas 3.900 delegações de atribuições, o que resultou em acelerar a decisão de cerca de dois e meio milhões de processos ou documentos por ano.

O passo inicial dessa operação foi dado pelo próprio Presidente da República que, logo no início de sua gestão, delegou amplas atribuições aos Ministros de Estado, do que decorreu a desnecessidade de subirem ao Planalto milhares de processos por ano, cuja decisão dependia anteriormente da assinatura do Presidente.

Paralelamente a esse ataque à causa fundamental do emperramento administrativo, operou-se nesse período a montagem de importantes mecanismos básicos que permitirão acelerar a implementação dos demais aspectos da Reforma Administrativa, compreendendo:

— A instalação, em cada Ministério, de uma Secretaria Geral, o que, além de significar a consolidação do sistema de planejamento em toda a área da administração pública, está permitindo que cada Ministro delegando competência ao Secretário-Geral, possa liberar-se da decisão de assuntos de rotina e exercer efetivamente as suas atribuições, voltando-se para os problemas mais importantes de sua Pasta, onde e quando quer que se apresentem.

— A instalação, também em cada Ministério, de uma Inspeção de Finanças, o que lhes vai permitir maior autonomia de ação, libertando-os da dependência excessiva de decisões do Ministério da Fazenda, desde que observadas, evidentemente, as limitações constantes do orçamento e da programação financeira global;

— A montagem de mecanismos de treinamento em toda a área da administração, tendo como núcleo de apoio o Centro de Aperfeiçoamento do DASP;

— A aprovação, pelo Congresso, do Orçamento Plurianual de Investimentos, além da difusão e consolidação da técnica de orçamento-programa em todos os setores da administração;

— A instalação de um mecanismo administrativo capaz de permitir a realização coordenada de encontros regionais, com a transferência temporária do Governo para os Estados;

— A elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento, que, além de constituir completo e pormenorizado plano de governo, define uma política econômico-financeira e uma nova estratégia para o nosso desenvolvimento, projetando-se, assim, sobre o futuro;

— A expedição de 160 decretos e mais de 600 portarias ministeriais dispondo especificamente sobre reforma administrativa;

— A organização e instalação dos Ministérios das Comunicações, Transportes, Interior e Planejamento e Coordenação Geral, criados pela Lei da Reforma, além da instalação da Justiça Federal;

— A vinculação aos Ministérios, de mais de uma centena de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, que estavam diretamente subordinadas à Presidência da República ou tinham subordinação indefinida;

— O exame, pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, de todos os atos ou projetos de reorganização de estrutura, a fim de compatibilizá-los com os princípios da Reforma.

— E, como medida da mais alta importância, o aceleração das providências, para a consolidação da Capital Federal, através da construção, em grande escala, de novas unidades residenciais e a definição dos núcleos centrais dos Ministérios, ora em fase de realização.

A Semana que hoje se encerra, pelo interesse que despertou na opinião pública, constituirá, sem dúvida, poderoso instrumento de motivação e apoio para a dinamização dos trabalhos da Reforma.

As conferências dos Ministros de Estado, prestando conta do trabalho feito, os seminários e debates realizados e, finalmente, a participação dos Senhores Governadores, demonstrando a integração dos vários níveis do Governo em torno de um problema comum, consagram esta Semana como passo decisivo no processo de modernização do setor público, objetivo expresso do Programa Estratégico e fator essencial para o nosso desenvolvimento.